

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
Total	74.612
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	5.939.290	5.537.440
1.01	Ativo Circulante	1.573.317	1.327.033
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	443.286	181.901
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.093	1.782
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.093	1.782
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.093	1.782
1.01.03	Contas a Receber	932.302	934.032
1.01.03.01	Clientes	932.302	934.032
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	932.302	934.032
1.01.04	Estoques	13.955	12.211
1.01.06	Tributos a Recuperar	124.677	126.355
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	124.677	126.355
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	124.677	126.355
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.890	12.236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.114	58.516
1.01.08.03	Outros	40.114	58.516
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	735	18.425
1.01.08.03.02	Serviço em curso	20.917	22.395
1.01.08.03.04	Outros ativos circulantes	18.462	17.696
1.02	Ativo Não Circulante	4.365.973	4.210.407
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.736.271	1.661.447
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	19.436	16.028
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	19.436	16.028
1.02.01.03	Contas a Receber	73.509	75.901
1.02.01.03.01	Clientes	73.509	75.901
1.02.01.06	Tributos Diferidos	258.114	265.365
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	258.114	265.365
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.385.212	1.304.153
1.02.01.09.03	Instrumentos financeiros derivativos	34.041	44.099
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	95.305	98.327
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	78.805	74.117
1.02.01.09.06	Benefício pós-emprego e outros benefícios	3.199	1.411
1.02.01.09.08	Concessão do serviço público (Ativos financeiros)	1.171.715	1.084.053
1.02.01.09.09	Outros ativos não circulantes	2.147	2.146
1.02.02	Investimentos	1.486	1.486
1.02.04	Intangível	2.628.216	2.547.474
1.02.04.01	Intangíveis	2.628.216	2.547.474
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.628.216	2.547.474

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	5.939.290	5.537.440
2.01	Passivo Circulante	1.927.857	1.909.243
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.873	41.817
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	44.873	41.817
2.01.01.02.01	Salário e encargos a pagar	44.873	41.817
2.01.02	Fornecedores	503.486	531.559
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	503.486	531.559
2.01.03	Obrigações Fiscais	184.003	205.034
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.930	57.429
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	460	1.712
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	5.408	7.642
2.01.03.01.03	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	24.716	35.420
2.01.03.01.04	Instituto nacional de seguridade social - INSS	3.742	3.897
2.01.03.01.05	Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	905	945
2.01.03.01.06	Outros impostos e contribuições	7.699	7.813
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	138.569	145.124
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadoria - ICMS	138.569	145.124
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.504	2.481
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviço - ISS	2.504	2.481
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	710.354	769.668
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	535.224	699.917
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	203.793	309.045
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	331.431	390.872
2.01.04.02	Debêntures	175.130	69.751
2.01.05	Outras Obrigações	427.758	314.157
2.01.05.02	Outros	427.758	314.157
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	105	105
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	65.278	49.258
2.01.05.02.05	Benefício pós-emprego e outros benefícios	17.594	17.523
2.01.05.02.06	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	142.731	36.510
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	57.265	60.974
2.01.05.02.08	Outros passivos	144.785	149.787
2.01.06	Provisões	57.383	47.008
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.383	47.008
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	28	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30.081	12.288
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	27.274	34.720
2.02	Passivo Não Circulante	2.399.123	2.024.476
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.851.885	1.454.469
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.145.586	1.148.114
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	790.796	779.403
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	354.790	368.711
2.02.01.02	Debêntures	706.299	306.355
2.02.02	Outras Obrigações	486.852	506.056
2.02.02.02	Outros	486.852	506.056

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	3.831	0
2.02.02.02.04	Fornecedores	185.076	179.123
2.02.02.02.05	Taxas regulamentares	28.352	29.771
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	222.283	225.588
2.02.02.02.07	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	21.874	41.781
2.02.02.02.08	Outros passivos não circulantes	25.436	29.793
2.02.04	Provisões	60.386	63.951
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	60.386	63.951
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	759	786
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	15.543	28.507
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	44.084	34.658
2.03	Patrimônio Líquido	1.612.310	1.603.721
2.03.01	Capital Social Realizado	663.178	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	485.076	558.080
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	454.999	454.999
2.03.02.07	Remuneração de bens direitos const. capital próprio	30.077	30.077
2.03.02.08	Reserva de incentivos fiscal	0	73.004
2.03.04	Reservas de Lucros	427.371	427.371
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	14.900	14.900
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	294.436	294.436
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.467	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	29.218	28.096

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.179.317	999.646
3.01.01	Receita Bruta	1.784.618	1.626.883
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-605.301	-627.237
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-988.167	-855.984
3.03	Resultado Bruto	191.150	143.662
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-106.804	-112.348
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.328	-65.647
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.476	-46.701
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.346	31.314
3.06	Resultado Financeiro	-70.206	-47.811
3.06.01	Receitas Financeiras	88.833	229.328
3.06.02	Despesas Financeiras	-159.039	-277.139
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.140	-16.497
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.673	4.020
3.08.01	Corrente	-45	-14
3.08.02	Diferido	-6.628	4.034
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.467	-12.477
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.467	-12.477
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,10000	-0,16710
3.99.01.02	PNA	0,10000	-0,16710
3.99.01.03	PNB	0,11000	-0,18380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	7.467	-12.477
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.122	-193
4.02.02	Ganhos (perdas) atuarial do plano de benefício definido	1.700	-292
4.02.03	Tributos s/ ganhos (perdas)	-578	99
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.589	-12.670

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.901	-28.173
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.540	292.960
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	14.140	-16.497
6.01.01.02	Amortização	49.890	43.030
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias cambiais e outras receitas financeiras	64.496	51.907
6.01.01.04	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-55.247	-18.377
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	3.634	3.534
6.01.01.06	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	9.562	5.279
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-48.650	17.557
6.01.01.08	Atualização monetária benefício pós emprego	6.541	6.518
6.01.01.09	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	56.174	200.009
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-69.639	-321.133
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	52.772	-78.238
6.01.02.02	IR CSLL a recuperar	-3.164	-9.669
6.01.02.03	Impostos e Contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	7.864	-10.436
6.01.02.04	Estoques	-1.744	641
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-3.841	-1.445
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-4.654	1.178
6.01.02.07	Entidade de previdência privada	-1.788	279
6.01.02.08	Amortização dos valores de compensação da parcela A e outros itens financeiros	0	104.440
6.01.02.09	Outros ativos	-3.268	-8.249
6.01.02.10	Fornecedores	-22.120	-208.318
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	3.056	472
6.01.02.12	Encargos de dívidas e swaps pagos	-88.597	-3.052
6.01.02.13	Taxas regulamentares	13.711	-29.638
6.01.02.15	Impostos e contribuições a recolher	-21.031	11.400
6.01.02.16	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	30.140	-64.422
6.01.02.17	Indenizações/contingências pagas	-9.471	-6.996
6.01.02.18	Entidade de previdência privada	-8.075	-6.466
6.01.02.19	Outros passivos	-9.429	-12.614
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-154.603	-178.994
6.02.01	Aquisição de intangível	-150.897	-182.468
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-15.214	-929
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	11.508	4.403
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	385.087	24.908
6.03.01	Captção de empréstimos e financiamentos	111.761	110.831
6.03.02	Captção de debêntures	503.838	206.890
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-229.862	-83.093
6.03.04	Amortização do principal de debêntures	0	-216.000
6.03.05	Pagamento de custo de captação	-1.551	-1.241
6.03.06	Obrigações vinculadas	901	7.521
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	261.385	-182.259
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	181.901	316.553
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	443.286	134.294

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	427.371	0	28.096	1.603.721
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	427.371	0	28.096	1.603.721
5.04	Transações de Capital com os Sócios	73.004	-73.004	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	73.004	-73.004	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.467	1.122	8.589
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.467	0	7.467
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.122	1.122
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais, líquidos	0	0	0	0	1.122	1.122
5.07	Saldos Finais	663.178	485.076	427.371	7.467	29.218	1.612.310

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	476.061	0	60.678	1.684.993
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	476.061	0	60.678	1.684.993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.477	-193	-12.670
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.477	0	-12.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-193	-193
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-292	-292
5.05.02.06	Perda sobre atuarial do plano de benefício definido	0	0	0	0	99	99
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	476.061	-12.477	60.485	1.672.323

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1.751.990	1.588.149
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.784.618	1.626.883
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-32.628	-38.734
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.025.318	-894.467
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-746.836	-603.732
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-278.482	-290.735
7.03	Valor Adicionado Bruto	726.672	693.682
7.04	Retenções	-49.890	-43.030
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.890	-43.030
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	676.782	650.652
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	90.009	230.696
7.06.02	Receitas Financeiras	90.009	230.696
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	766.791	881.348
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	766.791	881.348
7.08.01	Pessoal	58.871	53.093
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.627	34.679
7.08.01.02	Benefícios	16.978	16.125
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.877	6.350
7.08.01.04	Outros	-3.611	-4.061
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	540.530	562.810
7.08.02.01	Federais	190.938	207.369
7.08.02.02	Estaduais	346.406	352.981
7.08.02.03	Municipais	3.186	2.460
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	159.923	277.922
7.08.03.01	Juros	159.039	277.139
7.08.03.02	Aluguéis	884	783
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.467	-12.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.467	-12.477

Comentário do Desempenho

Companhia Energética de Pernambuco
Comentário de Desempenho
Em 30 de Março de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Disclaimer

Esse documento foi preparado pela Celpe S.A. ("CELPE"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da CELPE e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da CELPE.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da CELPE sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Informações Contábeis Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da CELPE.

Resultado do Período

Indicadores Econômicos - R\$ mil	1T17	1T16	Variação %
Receita Operacional Bruta	1.784.618	1.626.883	9,70
Receita Operacional Líquida	1.179.317	999.646	17,97
EBITDA	132.866	73.358	81,12
Resultado do Serviço	84.346	31.314	169,36
Resultado Financeiro	(70.206)	(47.811)	46,84
Lucro Líquido	7.467	(12.477)	(159,85)
Margem EBITDA (%)	11,27%	7,34%	3,93p.p
Margem Operacional (%)	7,15%	3,13%	4,02p.p
Margem Líquida (%)	0,63%	-1,25%	1,88p.p

Indicadores Financeiros - R\$ mil	mar/17	dez/16	Variação %
Ativo Total	5.939.290	5.537.440	7,26
Dívida Bruta	2.588.558	2.222.587	16,47
Patrimônio Líquido	1.612.310	1.603.721	0,54
Dívida Total Líquida ¹	2.123.743	2.022.876	4,99
Dívida Total Líquida /EBITDA *	4,38	4,76	(7,91)
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,57	0,56	1,91
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,27	0,29	(6,27)

Nota 1: Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

*EBITDA dos últimos 12 meses

Comentário do Desempenho

1 INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até março de 2017 foi investido o montante de R\$ 163.533 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados para a melhoria dos indicadores de qualidade, combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, novas ligações, extensão de redes e novas conexões.

2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Resultado do Trimestre

Descrição	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Receita Bruta	1.784.618	1.626.883	157.735	9,70
Deduções da Receita Bruta	(605.301)	(627.237)	21.936	(3,50)
Receita Líquida	1.179.317	999.646	179.671	17,97
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(988.167)	(855.984)	(132.183)	15,44
Resultado Bruto	191.150	143.662	47.488	33,06
Outras Despesas Operacionais	(106.804)	(112.348)	5.544	(4,93)
Resultado do Serviço (I)	84.346	31.314	53.032	169,36
Amortização / Depreciação	48.520	42.044	6.476	15,40
EBITDA	132.866	73.358	59.508	81,12
Resultado Financeiro (II)	(70.206)	(47.811)	(22.395)	46,84
Resultado Operacional (I) + (II)	14.140	(16.497)	30.637	(185,71)
IR e CSLL	(6.673)	4.020	(10.693)	(266,00)
Lucro do Período	7.467	(12.477)	19.944	(159,85)

2.1.1 Receita Operacional

2.1.1.1 Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta - R\$ Mil	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Residencial	720.529	683.980	36.549	5,34
Industrial	128.000	196.958	(68.958)	(35,01)
Comercial	368.954	391.144	(22.190)	(5,67)
Rural	61.528	49.370	12.158	24,63
Poder Público	83.376	84.507	(1.131)	(1,34)
Iluminação Pública	40.412	40.041	371	0,93
Serviço Público	47.016	51.096	(4.080)	(7,99)
Receita de Uso de Rede	56.357	44.182	12.175	27,56
Fornecimento Faturado	1.506.173	1.541.278	(35.105)	(2,28)
Fornecimento Não Faturado	(1.462)	(36.895)	35.433	(96,04)
Fornecimento de energia	1.504.711	1.504.383	328	0,02
Subvenção à tarifa social baixa renda	88.966	75.338	13.628	18,09
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	49.488	79.443	(29.955)	(37,71)
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	(81.934)	(240.536)	158.602	(65,94)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	150.742	176.698	(25.956)	(14,69)
Outras receitas	72.645	31.557	41.088	130,20
Receita Operacional Bruta	1.784.618	1.626.883	157.735	9,70

Comentário do Desempenho

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2017 uma Receita Bruta de R\$ 1.784.618 mil, representando um acréscimo de 9,7% em relação ao valor de R\$ 1.626.883 mil do mesmo período em 2016.

Os fatores determinantes pelo aumento da Receita Bruta foram:

- O aumento na receita de uso de rede do consumidor livre em 27,6%, no valor de R\$ 12.175 mil, em virtude, principalmente, da migração de clientes industriais para o mercado livre que contribuiu com um aumento do consumo em 156 GWh, representando um crescimento de 33,21%, assim o impacto do efeito volume foi de R\$ 14.674 mil. Compensado pelo efeito preço negativo de R\$ 2.496 mil através de uma ligeira redução da tarifa média no período analisado.
- A variação positiva de R\$ 158.602 mil entre os trimestres é resultante da redução da constituição normal passiva no valor de R\$ 147.564 mil, e da redução da amortização normal passiva no valor de R\$ 11.038 mil, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2016 e 2015.
 - ✓ No 1T17, a conta contábil dos “Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros” apresentou o valor passivo de R\$ 81.934 mil, sendo composto da constituição normal dos passivos de R\$ 52.954 mil decorrentes os custos realizados abaixo da cobertura tarifária e R\$ 28.980 mil referente à reversão passiva da Parcela A.
- Aumento de R\$ 41.088 mil, em outras receitas operacionais, devido principalmente à variação do ativo financeiro indenizável da concessão, atualizado com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

O aumento da Receita foi compensado parcialmente pela:

- Redução da Receita de Fornecimento Faturado em R\$ 47.280 mil, excluindo-se o efeito da variação positiva de R\$ 12.175 mil do uso de rede já explicada. A redução foi decorrente, principalmente, de dois efeitos: (i) Efeito do Volume da Energia Distribuída e (ii) Efeito do Preço da Energia Distribuída
 - (i) Efeito do Volume: Redução de 2,65% no volume de energia distribuída no mercado cativo, com destaque negativo para a classe industrial, impactando negativamente a Receita de Fornecimento em R\$ 39.742 mil.
 - (ii) Efeito Preço: A redução no valor de R\$ 7.538 mil impactando negativamente a Receita de Fornecimento devido uma ligeira redução da tarifa média no período analisado. No primeiro trimestre de 2016, a bandeira vermelha estava em vigor, assim uma receita complementar era adicionada a cada quilowatt-hora (kWh) consumido, em contrapartida, no mesmo período de 2017 estava em vigor a bandeira verde até fevereiro e bandeira amarela em março – sem receita adicional para as empresas, ou custo adicional para os consumidores.
- Variação negativa de 38%, no valor de R\$ 29.955 mil, na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, devido, principalmente pela rentabilização de SE Pau Ferro de R\$ 47 milhões no 1T16, sendo o evento não recorrente em 2017. A receita de vendas no MCP em função das sobras de energia registradas sofreu uma variação positiva de R\$ 17.045 mil no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016.
- Acréscimo de R\$ 25.956 mil equivalente a 14,7% na Receita de Construção de Infraestrutura da Concessão, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de custos no mesmo valor.

Comentário do Desempenho

2.1.1.2 Deduções da Receita Bruta

Deduções da Receita Bruta	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)	(482.635)	(514.180)	31.545	(6,14)
ENCARGOS SETORIAIS	(122.666)	(113.057)	(9.609)	8,50
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(102.035)	(104.548)	2.513	(2,40)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(4.866)	(3.619)	(1.247)	34,46
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.947)	(1.448)	(499)	34,46
Encargos do Consumidor - CCRBT	(10.898)	(1.270)	(9.628)	758,11
Outros (FNDCT / EPE / PROINFA)	(2.920)	(2.172)	(748)	34,44
(-) Dedução da receita bruta	(605.301)	(627.237)	21.936	(3,50)
Receita Operacional Líquida	1.179.317	999.646	179.671	17,97

Redução de R\$ 21.936 mil nas Deduções da Receita Bruta em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao efeito líquido dos seguintes impactos:

- Redução de 6,14% nos impostos sobre a receita (ICMS, PIS/COFINS e ISS), no valor de R\$ 31.545 mil, devido a um aumento do PIS e COFINS efetivos a recuperar, portanto, afetando a dedução de maneira positiva.
- Acréscimo de 8,5%, no valor de R\$ 9.609 mil nos encargos setoriais, devido, principalmente a variação do encargo da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT referente ao maior montante repassado à conta centralizadora no primeiro trimestre de 2017 em relação ao primeiro trimestre de 2016.

A Receita Operacional Líquida registrou um aumento de R\$ 179.671 mil, sendo R\$ 1.179.317 mil do primeiro trimestre de 2017 em relação ao valor de R\$ 999.646 mil do mesmo período de 2016.

2.1.2 Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(625.213)	(468.762)	(156.451)	33,38
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(40.778)	(63.282)	22.504	(35,56)
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(1.285)	(1.181)	(104)	8,81
Combustível para produção de energia	(1.241)	(1.151)	-90	7,82
Subtotal	(668.517)	(534.376)	(134.141)	25,10
Custos e Despesas Gerenciáveis	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	(66.383)	(59.752)	(6.631)	11,10
Material	(8.686)	(5.025)	(3.661)	72,86
Serviços de terceiros	(109.511)	(101.660)	(7.851)	7,72
Indenizações	(9.092)	(6.653)	(2.439)	36,66
Depreciação e amortização	(48.520)	(42.044)	(6.476)	15,40
Provisões Líquidas - PCLD	(32.628)	(38.734)	6.106	(15,76)
Provisões Líquidas - Contingências	(91)	1.718	(1.809)	(105,30)
Custo de Construção	(150.742)	(176.698)	25.956	(14,69)
Outros	(801)	(5.108)	4.307	(84,32)
Subtotal	(426.454)	(433.956)	7.502	(1,73)
Total	(1.094.971)	(968.332)	(126.639)	13,08

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2017 correspondem a R\$ 1.094.971 mil, um aumento de 13,08% em relação ao valor de R\$ 968.332 mil apresentado no mesmo período de 2016.

Contribuíram para esse resultado:

- Acréscimo de 33,38% no custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 156.451 mil, decorrente principalmente dos fatores descritos abaixo.

Comentário do Desempenho

- ✓ Aumento de R\$ 35.501 mil nos custos de energia de leilão do ACR devido ao acréscimo de 280,5 GWh em 1T17 em relação ao mesmo período de 2016, devido aos novos contratos e motorização dos leilões estruturantes.
- ✓ Aumento em R\$ 10.925 mil com energia adquirida no contrato bilateral em função do aumento do custo da tarifa e do diferimento do ICMS a CELPE para a Termopernambuco, que passou a ser cobrado em nov/16 retroativo a abril/16.
- ✓ Aumento de R\$ 118.089 mil na Energia de Curto Prazo (PLD), que apesar do baixo custo do 1T17 em relação ao 1T16, é explicada pelo evento ocorrido em 2016 sobre a recontabilização da SE Pau Ferro em conjunto com a redução do custo no MCP devido às sobras de energia e exposição financeira provocada pela diferença entre os preços de PLD nos submercados gerando receita de R\$ 108.089 mil.
- ✓ Aumento de R\$ 15.376 mil no custo variável de curto prazo devido ao aumento do PLD médio dos quatro submercados no trimestre de R\$88,75/MWh para R\$146,45/MWh

Esse aumento foi compensado parcialmente pela:

- ✓ Variação positiva de R\$ 11.737 mil no aumento devido aos créditos de PIS e COFINS relativo ao aumento da compra de energia.
 - ✓ Variação positiva de R\$ 9.297 mil, pois não ocorreu custo com o Encargo de Energia de Reserva – EER em 1T17, porque as receitas das usinas no mercado de curto prazo foram suficientes para cobrir os seus custos fixos.
- Encargos de uso do sistema de transmissão, variação favorável em R\$ 22.504 mil, decorrente da melhora do cenário hidrológico e consequente redução do despacho das usinas termoelétricas, favorecendo o equilíbrio entre custo e receita. Essa melhora de cenário impactou principalmente nos encargos Encargo de Serviço do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – ERR.
 - Aumento dos gastos com serviços de terceiros, em R\$ 7.851 mil, decorrente principalmente do: (i) repasse dos índices de inflação nos contratos de prestação de serviços; e (ii) aumento no volume de serviços de manutenção corretiva, inspeção técnica, serviço de leitura e entrega de conta, desligamentos e religamentos, dentre outros.
 - Redução de 14,69%, representando R\$ 25.956 mil, no Custo de Construção de Infraestrutura da Concessão sem efeito no resultado, pois temos a contrapartida na receita no mesmo valor.

2.1.3 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.717	6.648	(1.931)	(29,05)
Juros, comissões e acréscimo moratório	10.926	12.237	(1.311)	(10,71)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	(17.939)	29.158	(47.097)	(161,52)
Instrumentos financeiros derivativos	(41.089)	(77.306)	36.217	(46,85)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(5.872)	(5.513)	(359)	6,51
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	(4.380)	509	(4.889)	(960,51)
Obrigações pós emprego	(6.541)	(6.518)	(23)	0,35
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(10.028)	(7.026)	(3.002)	42,73
Resultado Financeiro Líquido	(70.206)	(47.811)	(22.395)	46,84

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 70.206 mil no primeiro trimestre de 2017, contra R\$ 47.811 mil no mesmo período de 2016, representando um aumento de 46,84%.

Contribuíram para esse resultado:

- Variação negativa da renda de aplicações financeiras em R\$ 1.931 mil, decorrente principalmente da redução no saldo médio das disponibilidades em relação ao mesmo período ano anterior.

Comentário do Desempenho

- Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) sofreram uma variação desfavorável de R\$ 10.880 mil, decorrente dos seguintes efeitos: (i) Aumento no volume da dívida entre o 1T16 e o 1T17, impactando negativamente em R\$ 12.023 mil; (ii) Aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento – JOA), que representam um efeito positivo de R\$ 4.299 mil; (iii) As variações dos indexadores e moedas dos contratos, atreladas ao aumento do saldo devedor, representam um efeito negativo de R\$ 3.156 mil.

2.1.4 Conciliação entre o EBITDA e o Lucro Líquido

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA	1T17	1T16	Varição	%
Lucro líquido	7.467	(12.477)	19.944	(159,85)
Despesas financeiras	159.039	277.139	(118.100)	(42,61)
Receitas financeiras	(88.833)	(229.328)	140.495	(61,26)
Imposto de renda	3.119	(7.727)	10.846	(140,36)
Depreciação e Amortização	48.520	42.044	6.476	15,40
Amortização de ágio	3.554	3.707	(153)	(4,13)
EBITDA	132.866	73.358	59.508	81,12

3 ENDIVIDAMENTO

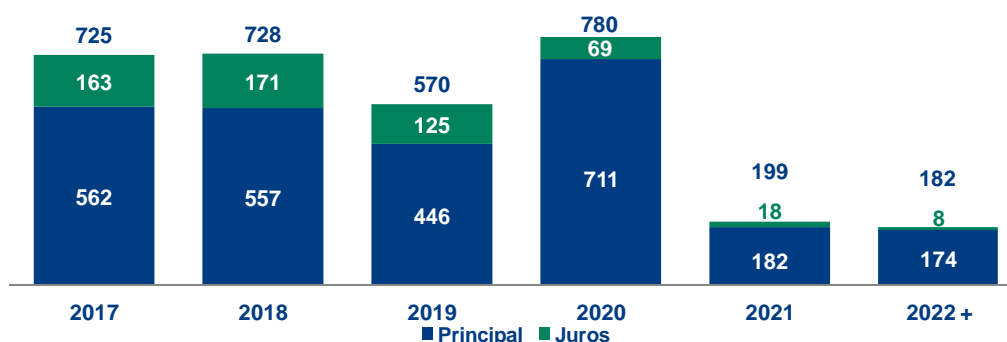
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, derivativos e encargos, passou de R\$ 2.222.587 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.588.558 mil em 31 de março de 2017.

A dívida líquida da Celpe (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) em 31 de março de 2017 alcançou R\$ 2.123.744 mil, 4,99% maior que os R\$ 2.022.876 mil em 31 de dezembro de 2016, em função das captações realizadas no período.

O indicador financeiro Dívida total Líquida/EBITDA passou de 4,76 em 31 de dezembro de 2016 para 4,38 em março de 2017.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de março de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

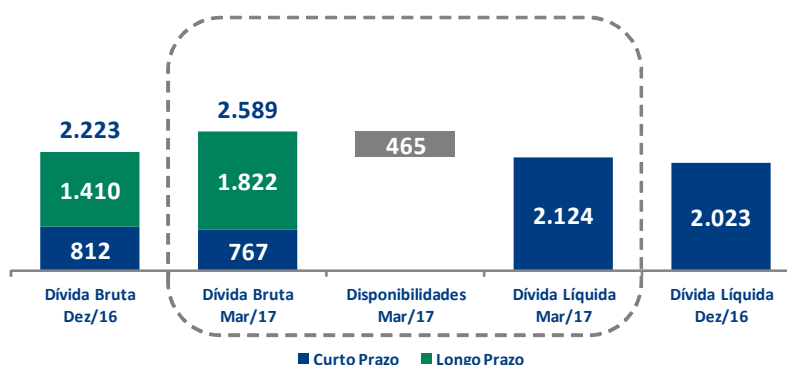
Cronograma de Esgotamento da Dívida (R\$ Milhões)



Nota: O gráfico considera as curvas futuras de esgotamento da dívida.

Comentário do Desempenho

Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



4 RATING

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida. A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa. Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

Em 27 de março de 2017, a S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo estabelecidos na revisão anterior atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias.

É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior rating que uma empresa brasileira e regulada poderia ter.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2014	2015		2016	2017
		Até Setembro	A partir de Setembro		
NEOENERGIA	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
ITAPEBI (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA	A+	A+
TERMOPE (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA	A+	A+
NC Energia (Rating de Emissão)			AA	A+	A+

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Balanço patrimonial

31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	443.286	181.901
Contas a receber de clientes e outros	5	932.302	934.032
Títulos e valores mobiliários		2.093	1.782
Impostos e contribuições a recuperar	6	124.677	126.355
Serviços em curso		20.917	22.395
Instrumentos financeiros derivativos	11	735	18.425
Outros ativos circulantes		49.307	42.143
Total do circulante		<u>1.573.317</u>	<u>1.327.033</u>
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	5	73.509	75.901
Títulos e valores mobiliários		19.436	16.028
Impostos e contribuições a recuperar	6	95.305	98.327
Impostos e contribuições diferidos	8	258.114	265.365
Depósitos judiciais	15	78.805	74.117
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	23	3.199	1.411
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	9.1	1.171.715	1.084.053
Instrumentos financeiros derivativos	11	34.041	44.099
Outros ativos não circulantes		3.633	3.632
Intangível	9.2	2.628.216	2.547.474
Total do não circulante		<u>4.365.973</u>	<u>4.210.407</u>
Ativo total		<u>5.939.290</u>	<u>5.537.440</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Balanço patrimonial
31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	503.486	531.559
Empréstimos e financiamentos	11.1	535.224	699.917
Debêntures	11.2	175.130	69.751
Salários e encargos a pagar	12	44.873	41.817
Taxas regulamentares	13	65.278	49.258
Impostos e contribuições a recolher	14	184.003	205.034
Dividendos e juros sobre capital próprio	17	105	105
Provisões	15	57.383	47.008
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	23	17.594	17.523
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	142.731	36.510
Instrumentos financeiros derivativos	11	57.265	60.974
Outros passivos circulantes	16	144.785	149.787
Total do circulante		1.927.857	1.909.243
Não circulante			
Fornecedores	10	185.076	179.123
Empréstimos e financiamentos	11.1	1.145.586	1.148.114
Debêntures	11.2	706.299	306.355
Taxas regulamentares	13	28.352	29.771
Provisões	15	60.386	63.951
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	23	222.283	225.588
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	21.874	41.781
Instrumentos financeiros derivativos	11	3.831	-
Outros passivos não circulantes	16	25.436	29.793
Total do não circulante		2.399.123	2.024.476
Patrimônio líquido			
	17		
Capital social		663.178	590.174
Reservas de capital		485.076	558.080
Reservas de lucros		427.371	427.371
Outros resultados abrangentes		29.218	28.096
Lucros acumulados		7.467	-
Total do patrimônio líquido		1.612.310	1.603.721
Passivo e patrimônio líquido total		5.939.290	5.537.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita líquida	18	1.179.317	999.646 (Reclassificado)
Custo do serviço		<u>(988.167)</u>	<u>(855.984)</u>
Custos de energia elétrica	19.1	(665.991)	(532.044)
Custos de operação	19.2	(171.434)	(147.242)
Custos de construção		(150.742)	(176.698)
Lucro bruto		191.150	143.662
Despesa com vendas	19.2	(56.328)	(65.647)
Despesas gerais e administrativas	19.2	(50.476)	(46.701)
Lucro operacional		84.346	31.314
Resultado financeiro		(70.206)	(47.811)
Receitas financeiras	20	88.833	229.328
Despesas financeiras	20	(159.039)	(277.139)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		14.140	(16.497)
Imposto de renda e contribuição social		(6.673)	4.020
Corrente	8	-	(59)
Diferido	8	(3.119)	7.741
Imposto de renda - incentivo fiscal da SUDENE	8	-	45
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	8	(3.554)	(3.707)
Lucro (prejuízo) líquido do período		7.467	(12.477)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação do capital:			
Ordinária		0,1000	(0,1671)
Preferencial A		0,1000	(0,1671)
Preferencial B		0,1100	(0,1838)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro líquido do período	7.467	(12.477)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais	1.700	(292)
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	(578)	99
	<u>1.122</u>	<u>(193)</u>
Resultado abrangente do período	<u>8.589</u>	<u>(12.670)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	590.174	30.077	454.999	73.004	294.436	118.035	14.900	28.096	-	1.603.721	
Aumento de capital (Nota 17)	73.004	-	-	(73.004)	-	-	-	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	1.122	-	1.122	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	7.467	7.467	
Saldos em 31 de março de 2017	663.178	30.077	454.999	-	294.436	118.035	14.900	29.218	7.467	1.612.310	

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido				
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			Outras reservas de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	590.174	30.077	454.999	73.004	294.436	118.035	14.214	661	60.678	-	48.715	1.684.993
Reversão de dividendos/JSCP Prescritos (nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendos adicionais (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(193)	-	-	(193)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.477)	-	71.097
Saldos em 31 de março de 2016	590.174	30.077	454.999	73.004	294.436	118.035	14.214	661	60.485	(12.477)	48.715	1.672.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u> (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos	14.140	(16.497)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	49.890	43.030
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	56.174	200.009
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas e despesas financeiras	64.496	51.907
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(55.247)	(18.377)
Valor residual do ativo intangível baixado	3.634	3.534
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	9.562	5.279
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.650)	17.557
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	6.541	6.518
	<u>100.540</u>	<u>292.960</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	52.772	(78.238)
IR e CSLL a recuperar	(3.164)	(9.669)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	7.864	(10.436)
Estoques	(1.744)	641
Depósitos judiciais	(3.841)	(1.445)
Despesas pagas antecipadamente	(4.654)	1.178
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(1.788)	279
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	-	104.440
Outros ativos	(3.268)	(8.249)
	<u>42.177</u>	<u>(1.499)</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(22.120)	(208.318)
Salários e encargos a pagar	3.056	472
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(88.597)	(3.052)
Taxas regulamentares	13.711	(29.638)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(21.031)	11.400
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	30.140	(64.422)
Indenizações e contingências pagas	(9.471)	(6.996)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(8.075)	(6.466)
Outros passivos	(9.429)	(12.614)
	<u>(111.816)</u>	<u>(319.634)</u>
Caixa oriundo das atividades operacionais	<u>30.901</u>	<u>(28.173)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(150.897)	(182.468)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(15.214)	(929)
Resgate de títulos e valores mobiliários	11.508	4.403
	<u>(154.603)</u>	<u>(178.994)</u>
Utilização de caixa em atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	111.761	110.831
Captação de debêntures	503.838	206.890
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(229.862)	(83.093)
Amortização do principal de debêntures	-	(216.000)
Pagamentos de custos de captação	(1.551)	(1.241)
Obrigações vinculadas	901	7.521
	<u>385.087</u>	<u>24.908</u>
Geração de caixa em atividades de financiamento	<u>261.385</u>	<u>(182.259)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	181.901	316.553
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	443.286	134.294
	<u>261.385</u>	<u>(182.259)</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>261.385</u>	<u>(182.259)</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Demonstração do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u> (Reclassificado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	1.784.618	1.626.883
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.628)	(38.734)
	<u>1.751.990</u>	<u>1.588.149</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (700.186)	(531.998)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (45.409)	(70.583)
Matérias-primas consumidas	(*) (1.241)	(1.151)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (278.482)	(290.735)
	<u>(1.025.318)</u>	<u>(894.467)</u>
Valor adicionado bruto	<u>726.672</u>	<u>693.682</u>
Amortização	(*) (49.890)	(43.030)
Valor adicionado líquido	<u>676.782</u>	<u>650.652</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 90.009	230.696
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>766.791</u></u>	<u><u>881.348</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	31.362	28.945
Encargos sociais (exceto INSS)	6.877	6.350
Benefício pós-emprego	(3.671)	(84)
Auxílio alimentação	4.584	3.447
Previdência privada e outros benefícios	7.429	6.385
Despesas com desligamento	3.224	1.312
Férias e 13º salário	6.568	5.126
Plano de saúde	5.318	3.862
Indenizações trabalhistas	379	337
Participação no resultado	3.318	2.515
Administradores	697	608
Encerramento de ordem em curso	146	609
(-) Transferência para ordens	(7.360)	(6.319)
Subtotal	<u>58.871</u>	<u>53.093</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	7.512	6.659
ICMS	346.406	352.981
PIS/COFINS sobre faturamento	52.802	90.492
Imposto de renda e contribuição social	6.673	(4.020)
Obrigações intra-setoriais	123.951	114.238
Outros	3.186	2.460
Subtotal	<u>540.530</u>	<u>562.810</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	159.039	277.139
Aluguéis	(*) 884	783
Subtotal	<u>159.923</u>	<u>277.922</u>
Acionistas		
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.467	(12.477)
Subtotal	<u>7.467</u>	<u>(12.477)</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>766.791</u></u>	<u><u>881.348</u></u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, com sede na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife – Pernambuco, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2019.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela administração da Companhia em 12 de maio de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2 – Base de apresentação

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

2.3 – Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às seguintes reclassificações, conforme demonstrado a seguir.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do período.

2.3.1 Demonstração do resultado do período findo em 31 de março de 2016:

Ref.	01/01/2016 a 31/03/2016		
	Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receita líquida (a)	1.011.296	(11.650)	999.646
Custo dos serviços (a)/(c)	(867.171)	11.187	(855.984)
Despesas com vendas (b)	(65.495)	(152)	(65.647)
Despesas gerais e administrativas	(46.701)	-	(46.701)
Receitas financeiras	229.328	-	229.328
Despesas financeiras (b)/(c)	(277.754)	615	(277.139)
Imposto de renda e contribuição social	4.020	-	4.020
Lucro líquido do período	(12.477)	-	(12.477)

2.3.2 Demonstração do fluxo de caixa do período findo em 31 de março de 2016:

	01/01/2016 a 31/03/2016		
	Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Caixa oriundo das atividades operacionais	(9.313)	(18.860)	(28.173)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(197.854)	18.860	(178.994)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	24.908	-	24.908
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(182.259)	-	(182.259)

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do valor adicionado do período findo em 31 de março de 2016:

	Ref.	01/01/2016 a 31/03/2016		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Valor adicionado líquido	(b)/(c)	651.267	(615)	650.652
Valor adicionado recebido em transferência		230.696	-	230.696
Valor adicionado total a distribuir		881.963	(615)	881.348
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		53.093	-	53.093
Impostos, Taxas e Contribuições		562.810	-	562.810
Remuneração de Capitais de Terceiros	(b)/(c)	278.537	(615)	277.922
Remuneração de Capitais Próprios		(12.477)	-	(12.477)
Valor adicionado distribuído		881.963	(615)	881.348

- (a) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor, da receita líquida, para o custo do serviço, no montante de R\$ 11.650 no período findo em 31 de março de 2016.
- (b) Reclassificação da perda relativa a créditos de liquidação duvidosa sobre essa receita, da despesa financeira, para a despesa com vendas, no montante de R\$ 152 no período findo em 31 de março de 2016.
- (c) Reclassificação dos valores referentes à perda de prazo dos serviços comerciais elencados no ANEXO III da Resolução nº 414/2010,, da despesa financeira para o custo de operação, no montante de R\$ 463 no período findo em 31 de março de 2016.

3. Assuntos regulatórios**Bandeiras Tarifárias**

A Resolução Normativa nº 547/2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$35/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$20/MWh e verde, sem acréscimo.

Em janeiro de 2016 vigorou a bandeira tarifária vermelha. Em fevereiro de 2016 passou a vigorar a bandeira vermelha patamar 1, em março de 2016, a bandeira amarela e de abril a outubro de 2016, a bandeira verde. Em novembro de 2016 foi acionada a bandeira amarela. De dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 vigorou a bandeira verde e em março de 2017 foi acionada a bandeira amarela.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

No 1º trimestre de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.070 (R\$ 93.704 no 1º trimestre de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 10.915 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT (R\$ 33 no 1º trimestre de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADÉE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos bilaterais nos termos desta Resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. Na mesma data, a Resolução Normativa nº 727 alterou a Resolução Normativa Nº 693/2015, que estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia - MCS D proveniente de novos empreendimentos de geração, possibilitando que caso os montantes declarados pelas distribuidoras resulte em excedente de sobras será aberta aos geradores vendedores dos contratos a possibilidade de ofertar a redução dos montantes vendidos.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Outra medida que também visou atenuar eventuais sobrecontratações, permitindo que as distribuidoras declarem necessidade de compra para o Leilão A-1 mais próxima à realidade, foi a publicação do Despacho nº 2.769/2016 em outubro de 2016 pela ANEEL, determinando que a CCEE promovesse algumas mudanças nos procedimentos de realização do MCS D de Energia Existente. Uma das novidades foi a criação de mais uma modalidade de MCS D - Trocas Livres, que ocorrerá em novembro de cada ano com efeitos a partir de janeiro do ano subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no trimestre findo em 31 de março de 2017 a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar sua sobrecontratação.

Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 22.090 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. No primeiro trimestre de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 66.269 (R\$ 62.643, no primeiro trimestre de 2016).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Extraordinário – Angra III

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2017, aprovou em processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras e republicou as Tarifas de Energia (TE) e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), com vigência a partir de 01 de abril de 2017.

Como consequência, foi excluída da cobertura tarifária aplicada no último processo tarifário relativos ao Encargo de Energia de Reserva – EER, os valores associados à receita fixa da Usina de Angra III, ocorrendo desconto das tarifas de energia, aplicada aos clientes cativos em R\$ -67,52/MWh, sendo o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores residenciais em -15,31%.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	15.019	23.658
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	428.267	158.243
	<u>443.286</u>	<u>181.901</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A carteira de aplicações financeiras em 31 de março de 2017 é constituída por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do Grupo Neoenergia), compostos por operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos.

5. Contas a receber de clientes e outros

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores	(a)	1.293.551	1.350.583
Comercialização de energia na CCEE	(b)	42.964	45.857
Disponibilização do sistema de distribuição		53.919	52.927
Serviços taxados e administrativos		19.300	22.133
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	69.115	61.473
Outros créditos		<u>45.029</u>	<u>43.667</u>
Terceiros		44.964	43.602
Partes relacionadas		65	75
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	<u>(518.067)</u>	<u>(566.717)</u>
		<u>1.005.811</u>	<u>1.009.933</u>
Circulante		932.302	934.032
Não circulante		73.509	75.901

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Setor privado							
Residencial	96.888	142.673	327.216	566.777	610.911	(327.216)	(377.539)
Industrial	49.742	13.203	47.308	110.253	120.580	(41.593)	(40.274)
Comercial	97.828	27.472	66.570	191.870	201.993	(47.616)	(51.415)
Rural	<u>15.463</u>	<u>19.060</u>	<u>45.150</u>	<u>79.673</u>	<u>73.490</u>	<u>(37.830)</u>	<u>(36.417)</u>
	259.921	202.408	486.244	948.573	1.006.974	(454.255)	(505.645)
Setor público							
Federal	8.497	1.097	509	10.103	10.091	(460)	(689)
Estadual	11.436	6.875	947	19.258	25.962	(537)	(789)
Municipal	<u>65.262</u>	<u>5.736</u>	<u>10.445</u>	<u>81.443</u>	<u>79.471</u>	<u>(10.299)</u>	<u>(9.171)</u>
	85.195	13.708	11.901	110.804	115.524	(11.296)	(10.649)
Iluminação pública	15.214	6.889	10.547	32.650	30.455	(3.452)	(2.307)
Serviço público	28.028	1.058	12.076	41.162	42.612	(8.045)	(7.388)
Fornecimento não faturado	<u>160.362</u>	-	-	<u>160.362</u>	<u>155.018</u>	-	-
Total	<u>548.720</u>	<u>224.063</u>	<u>520.768</u>	<u>1.293.551</u>	<u>1.350.583</u>	<u>(477.048)</u>	<u>(525.989)</u>
Circulante				1.237.354	1.291.990	(477.048)	(525.989)
Não circulante				56.197	58.593	-	-

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de março de 2017 é R\$ 31.201 e refere-se aos meses de fevereiro e março de 2017 (R\$ 30.993 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) CDE:

Em 29 de abril de 2016, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.067/16 aprovando o valor mensal de R\$ 11.691, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 31 de março de 2017 é de R\$ 37.914 (R\$ 30.480 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes: industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

	<u>Consumidores</u>	<u>Comercialização de energia na CCEE</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	(504.924)	(22.122)	(29.421)	(556.467)
Adições	(145.358)	-	(3.978)	(149.336)
Reversões	2.179	-	14.793	16.972
Baixados a reserva	122.114	-	-	122.114
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(525.989)	(22.122)	(18.606)	(566.717)
Adições	(43.430)	-	(781)	(44.211)
Reversões	11.093	-	490	11.583
Baixados a reserva	81.278	-	-	81.278
Saldos em 31 de março de 2017	(477.048)	(22.122)	(18.897)	(518.067)

6. Impostos e contribuições a recuperar

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante			
Imposto de renda – IR	(a)	17.520	14.761
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	3.804	3.399
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	83.372	89.409
Programa de integração social – PIS	(c)	3.208	3.045
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(c)	14.787	14.035
Instituto nacional de seguridade social – INSS		1.811	1.443
Imposto sobre serviços – ISS		175	263
		124.677	126.355
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	95.305	98.327
		219.982	224.682

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos períodos corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 76.331 (R\$ 67.643 em 2016) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional; Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.214 (R\$ 9.968 em 2016); e Crédito na compra de energia da Termope acumulados de abril a dezembro/2016, no montante de R\$ 93.132.
- (c) PIS e COFINS a compensar, no montante de R\$ 17.995 (R\$ 17.080 em 31 de dezembro de 2016).

7. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	31/03/2017						
	Circulante			Não circulante			Total líquido
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	
CVA							
Energia	19.143	(83.901)	(64.758)	-	-	-	(64.758)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(83.271)	(83.271)	-	-	-	(83.271)
Neutralidade dos encargos setoriais	4.231	(1.470)	2.761	-	-	-	2.761
Repasse de Sobrecontratação (a)	-	(45.231)	(45.231)	-	(9.046)	(9.046)	(54.277)
Outras CVA's	16.263	(1.831)	14.432	-	-	-	14.432
Itens Financeiros							
Reversão RTE 2015 (b)	2.030	(3.297)	(1.267)	-	-	-	(1.267)
Recomposição Energia Termope	35.197	-	35.197	-	-	-	35.197
Outros itens financeiros	1.390	(1.984)	(594)	182	(13.010)	(12.828)	(13.422)
	78.254	(220.985)	(142.731)	182	(22.056)	(21.874)	(164.605)

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016						
	Circulante			Não circulante			Total líquido
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	
CVA							
Energia	67.580	(50.056)	17.524	-	(16.686)	(16.686)	838
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(55.130)	(55.130)	-	(9.628)	(9.628)	(64.758)
Neutralidade dos encargos setoriais	4.954	(17)	4.937	925	(6)	919	5.856
Repasse de Sobrecontratação (a)	-	(59.186)	(59.186)	-	(14.086)	(14.086)	(73.272)
Outras CVA's	31.964	-	31.964	3.070	-	3.070	35.034
Itens Financeiros							
Energia Eletronuclear	22	-	22	-	-	-	22
Reversão RTE 2015 (b)	6.090	(9.890)	(3.800)	-	-	-	(3.800)
Exposição Financeira	28.973	-	28.973	-	-	-	28.973
Outros itens financeiros	1.151	(2.965)	(1.814)	299	(5.669)	(5.370)	(7.184)
	140.734	(177.244)	(36.510)	4.294	(46.075)	(41.781)	(78.291)

(a) Repasse de Sobrecontratação

No período findo em 31 de março de 2017, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 8,79%, e reconheceu um ajuste financeiro ativo atualizado de R\$ 3.164, de forma a anular o efeito do resultado obtido com a venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R\$189,34/MWh.

Vale destacar que, como a apuração da sobrecontratação superou o limite dos 5%, a Companhia registrou um componente financeiro passivo atualizado no valor de R\$ 1.801 associado ao excedente de sobrecontratação sem direito a repasse, em conformidade com a metodologia estabelecida pela ANEEL.

Em 31 de março de 2017, a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 54.277 que contempla além da constituição do repasse do período corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de abril de 2016 em fase de amortização, e o repasse da sobrecontratação de 2016 a ser reconhecido no reajuste de 2017.

(b) Reversão RTE 2015

No reajuste 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 15.200, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 02 de março a 28 de abril de 2015, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVA's.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos iniciais	(78.291)	106.867
Constituição	(51.794)	(88.119)
Amortização	(30.140)	(97.174)
Remuneração financeira setorial	(4.380)	135
Saldos finais ativo (passivo)	<u>(164.605)</u>	<u>(78.291)</u>

8. Impostos e contribuições diferidos

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	133.537	137.234
Diferido ativo		250.776	229.893
Diferido passivo		(117.239)	(92.659)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	124.577	128.131
		<u>258.114</u>	<u>265.365</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	128.839	32.210	72.913	18.228
Diferenças temporárias	263.917	65.978	330.764	82.692
	392.756	98.188	403.677	100.920
Contribuição Social				
Base negativa	128.839	11.596	72.913	6.562
Diferenças temporárias	263.917	23.753	330.583	29.752
	392.756	35.349	403.496	36.314
		133.537		137.234

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	31/03/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	115.480	115.480	117.421	117.421
Provisão contingências	117.769	117.769	110.959	110.959
Provisão PLR	14.534	14.534	11.250	11.250
Prejuízos fiscais	128.839	128.839	72.913	72.913
Receita de ultrapassagem	92.595	92.595	92.595	92.595
Ajuste da quota anual de amortização	9.536	9.536	8.377	8.377
Valor Justo de Derivativos Financeiros	1.457	1.457	1.429	1.429
Déficit plano previdenciário	239.104	239.104	244.024	244.024
Outros	18.262	18.262	17.236	17.055
Total Ativo	737.576	737.576	676.204	676.023
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(218.838)	(218.838)	(163.591)	(163.591)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(116.756)	(116.756)	(104.716)	(104.716)
Custo de captação	(9.226)	(9.226)	(4.220)	(4.220)
Total Passivo	(344.820)	(344.820)	(272.527)	(272.527)
Total Líquido	392.756	392.756	403.677	403.496

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 11 de novembro de 2016, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que, a mesma, opera conforme Instrução CVM 371/02.

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
-	6.676	2.671	20.032	-	104.158	133.537

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2017 e 2016.

	31/03/2017		31/03/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	14.140	14.140	(16.497)	(16.497)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(3.554)	(3.554)	(3.707)	(3.707)
Base de cálculo	10.586	10.586	(20.204)	(20.204)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	2.647	953	(5.051)	(1.818)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	134	48	38	14
Multas indedutíveis	22	8	23	8
Depreciação veículos executivos	11	4	5	2
Excesso despesas previdenciárias	1.164	419	1.127	406
Outras adições	52	3	9	3
	1.383	482	1.202	433
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(1.725)	(621)	(1.800)	(648)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	(45)	-
	(1.725)	(621)	(1.845)	(648)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.305	814	(5.694)	(2.033)
Corrente	-	-	(2)	16
Compensados e deduzidos	-	-	(2)	16
Diferido	2.305	814	(5.692)	(2.049)
Imposto de renda e contribuição social período	2.305	814	(5.694)	(2.033)

(b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

9. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

9.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos iniciais	1.084.053	718.427
Baixas	(174)	(2.341)
Transferências	(a) 32.589	318.573
Atualização valor justo	<u>55.247</u>	<u>49.394</u>
Saldos finais	<u>1.171.715</u>	<u>1.084.053</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 18). A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do período.

9.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 31 de março de 2017 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 12.636 (R\$ 8.337 em 31 de março de 2016) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 1,13%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/03/2017			31/12/2016	
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,98	4.257.715	(1.989.839)	(167.085)	2.100.791	2.103.821
Em curso						
Direito de uso da concessão		649.402	-	(121.977)	527.425	443.653
Total		4.907.117	(1.989.839)	(289.062)	2.628.216	2.547.474

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização	Obrigações	Valor	Custo	Obrigações	Valor	Total
		acumulada	especiais	líquido		especiais	Líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	3.813.729	(1.802.464)	(170.030)	1.841.235	510.107	(110.670)	399.437	2.240.672
Adições	-	-	-	-	833.167	(30.698)	802.469	802.469
Baixas	(69.036)	50.572	3.171	(15.293)	(8.222)	-	(8.222)	(23.515)
Amortizações	-	(196.620)	11.436	(185.184)	-	-	-	(185.184)
Transferências – Intangíveis	478.549	-	(14.282)	464.267	(478.549)	14.282	(464.267)	-
Transferências – Ativos financeiros	(1.204)	-	-	(1.204)	(331.149)	13.780	(317.369)	(318.573)
Transferências – Outros	-	-	-	-	38.247	(6.642)	31.605	31.605
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.222.038	(1.948.512)	(169.705)	2.103.821	563.601	(119.948)	443.653	2.547.474
Adições	-	-	-	-	163.533	(901)	162.632	162.632
Baixas	(13.567)	11.193	-	(2.374)	(1.086)	-	(1.086)	(3.460)
Amortizações	-	(52.520)	2.630	(49.890)	-	-	-	(49.890)
Transferências – Intangíveis	49.249	-	(10)	49.239	(49.249)	10	(49.239)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	(5)	-	-	(5)	(32.596)	12	(32.584)	(32.589)
Transferências – Outros (b)	-	-	-	-	5.199	(1.150)	4.049	4.049
Saldo em 31 de março de 2017	4.257.715	(1.989.839)	(167.085)	2.100.791	649.402	(121.977)	527.425	2.628.216

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

10. Fornecedores

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Energia elétrica	502.851	531.499
Terceiros	361.006	210.749
Partes relacionadas	141.845	320.750
Encargos de uso da rede	22.323	27.233
Terceiros	21.685	26.619
Partes relacionadas	638	614
Materiais e serviços	121.891	111.674
Terceiros	121.519	111.124
Partes relacionadas	372	550
Energia livre	41.497	40.276
	688.562	710.682
Circulante	503.486	531.559
Não circulante	185.076	179.123

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, no montante de R\$ 41.498 e valores de compra de energia elétrica com partes relacionadas, no montante de R\$ 143.578, os quais estão registrados ao valor presente e calculados pelas taxas de captação média apurada pela Companhia.

11. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

	31/03/2017			31/12/2016
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	191.291	-	191.291	215.469
BNDES	718.880	-	718.880	681.771
CEF	22.362	-	22.362	-
ELETROBRÁS	-	-	-	23.012
FINEP	17.342	-	17.342	20.611
IBM	49.101	-	49.101	51.238
SANTANDER	-	-	-	100.564
(-) Custos de transação	(4.387)	-	(4.387)	(4.217)
Total Moeda Nacional	994.589	-	994.589	1.088.448
Moeda Nacional - Circulante	203.793	-	203.793	309.045
Moeda Nacional - Não circulante	790.796	-	790.796	779.403
Moeda estrangeira				
BANCO ABC	-	-	-	20.023
HSBC	137.160	6.804	143.964	144.176
ITAU	221.541	22.718	244.259	269.852
KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU – KFW	832	-	832	555
SANTANDER	198.586	30.138	228.724	228.258
CITIBANK	128.102	(33.340)	94.762	95.181
(-) Custos de transação	-	-	-	(12)
Total Moeda Estrangeira	686.221	26.320	712.541	758.033
Moeda Estrangeira - Circulante	331.431	56.530	387.961	433.421
Moeda Estrangeira - Não circulante	354.790	(30.210)	324.580	324.612
Total de empréstimos e financiamentos	1.680.810	26.320	1.707.130	1.846.481
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	535.224	56.530	591.754	742.466
Empréstimos e Financiamentos - Não circulante	1.145.586	(30.210)	1.115.376	1.104.015
Debêntures				
5ª Emissão	213.294	-	213.294	222.679
6ª Emissão	160.674	-	160.674	154.887
7ª Emissão - 1ª Série	509.596	-	509.596	-
(-) Custos de transação	(2.135)	-	(2.135)	(1.460)
Total de debêntures	881.429	-	881.429	376.106
Debêntures - Circulante	175.130	-	175.130	69.751
Debêntures - Não circulante	706.299	-	706.299	306.355
Endividamento total	2.562.239	26.320	2.588.559	2.222.587
Endividamento Total - Circulante	710.354	56.530	766.884	812.217
Endividamento Total - Não circulante	1.851.885	(30.210)	1.821.675	1.410.370

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	179.386	826.929	159.185	363.084	1.528.584
Ingressos	126.139	84.603	20.000	190.000	420.742
Encargos	87.605	13	19.401	-	107.019
Variação monetária e cambial	2.691	10.248	(33.638)	(91.380)	(112.079)
<i>Swap</i>	-	-	107.785	92.743	200.528
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	652	213	865
Transferências	140.185	(140.185)	230.048	(230.048)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(251.925)	(2.205)	(70.113)	-	(324.243)
(-) Mov. depósitos em garantia	24.054	-	-	-	24.054
(-) Custos de transação	910	-	101	-	1.011
Saldos em 31 de dezembro de 2016	309.045	779.403	433.421	324.612	1.846.481
Ingressos	7.519	54.242	50.000	-	111.761
Encargos	20.624	-	5.373	-	25.997
Variação monetária e cambial	780	4.574	(11.603)	(10.216)	(16.465)
<i>Swap</i>	-	-	30.872	10.217	41.089
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	60	(33)	27
Transferências	46.702	(46.702)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(181.261)	(721)	(120.174)	-	(302.156)
(-) Custos de transação	384	-	12	-	396
Saldos em 31 de março de 2017	203.793	790.796	387.961	324.580	1.707.130

A seguir apresentamos as captações efetuadas no período:

Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
BNDES	2023	TJLP + 1,59% a.a. até 2,09% a.a. / SELIC + 2,09% a.a.	61.761
ITAÚ	2017	USD + 2,01% a.a.	50.000
Total			111.761

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2018	440.053	(1.006)	439.047	476.473	(1.057)	475.416
2019	191.418	(1.080)	190.338	181.136	(863)	180.273
2020	191.418	(783)	190.635	181.136	(642)	180.494
2021	162.188	(491)	161.697	151.078	(421)	150.657
2022	78.912	(274)	78.638	67.873	(241)	67.632
Após 2022	55.195	(164)	55.031	49.675	(157)	49.518
Total obrigações	1.119.184	(3.798)	1.115.386	1.107.371	(3.381)	1.103.990
Marcação a mercado			(10)			25
			1.115.376			1.104.015

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da controladora Neoenergia S.A..

Em 31 de março de 2017, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

11.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	150.122	71.959	222.081
Ingressos	50.000	306.890	356.890
Encargos	52.744	-	52.744
Transferências	71.260	(71.260)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(255.616)	(1.234)	(256.850)
(-) Custos de transação	1.241	-	1.241
Saldos em 31 de dezembro de 2016	69.751	306.355	376.106
Ingressos	-	503.838	503.838
Encargos	19.015	-	19.015
Transferências	103.241	(103.241)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(17.201)	(653)	(17.854)
(-) Custos de transação	324	-	324
Saldos em 31 de março de 2017	175.130	706.299	881.429

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do período:

<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos Financeiros Anuais</u>	<u>Valor Captado</u>
7ª - 1ª Série	15/01/2020	121% CDI	503.838
Total			503.838

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	<u>31/03/2017</u>			<u>31/12/2016</u>		
	<u>Debêntures</u>	<u>Custos transação</u>	<u>Total líquido</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Custos transação</u>	<u>Total líquido</u>
2018	101.723	(581)	101.142	153.445	(478)	152.967
2019	101.723	(390)	101.333	153.445	(57)	153.388
2020	503.838	(14)	503.824	-	-	-
	707.284	(985)	706.299	306.890	(535)	306.355

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da controladora Neoenergia S.A..

Em 31 de março de 2017, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

12. Salários e encargos a pagar

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários	3.797	5.032
Encargos sociais	5.118	5.562
Provisões férias	14.416	13.416
Encargos sobre provisões de férias	5.818	5.473
Provisão participação nos lucros e resultados (a)	14.534	11.250
Outros	1.190	1.084
	44.873	41.817

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A provisão é efetuada mensalmente com base na estimativa de realização dos objetivos estabelecidos pelo programa.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Taxas regulamentares

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	34.604	35.358
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	2.493	2.637
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	1.247	1.318
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(b)	18.597	17.661
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	18.488	15.904
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		428	428
Encargos Setoriais – Outros CCRBT	(c)	17.773	5.723
		<u>93.630</u>	<u>79.029</u>
Circulante		65.278	49.258
Não circulante		28.352	29.771

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de março de 2017, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE – Uso, no valor de R\$ 6.696, para o período de fevereiro a dezembro de 2017, conforme Resolução nº 2.002 de 02/2017; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 5.818, conforme Resolução nº 2.018 de 02/2016; e CDE-CONTA ACR, no valor de R\$ 22.090, conforme Resolução nº 2.004 de 12/2015.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração também o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	138.569	145.124
Programa de integração social – PIS	5.408	7.642
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	24.716	35.420
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	3.742	3.897
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	905	945
Imposto sobre serviços – ISS	2.504	2.481
Impostos e contribuições retidos na fonte	460	1.712
Outros	7.699	7.813
Total	<u>184.003</u>	<u>205.034</u>

15. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	37.079	69.941	674	107.694
Adição	33.557	31.319	1.764	66.640
Reversão	(9.131)	(15.828)	-	(24.959)
Pagamentos/Indenizações	(26.955)	(34.720)	(3.593)	(65.268)
Atualização	6.245	18.666	1.941	26.852
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.795	69.378	786	110.959
Adição	5.208	6.687	-	11.895
Reversão	(944)	(1.389)	-	(2.333)
Pagamentos/Indenizações	(1.264)	(8.207)	-	(9.471)
Atualização	1.829	4.889	1	6.719
Saldos em 31 de março de 2017	45.624	71.358	787	117.769
Circulante	30.081	27.274	28	57.383
Não circulante	15.543	44.084	759	60.386

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 348.546 (R\$ 374.049 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m..

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, morte, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 309.152 (R\$ 312.701 em 31 de dezembro de 2016) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m..

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.313.817 (R\$ 1.293.928 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 25.026 (R\$ 19.791 em 31 de dezembro de 2016);
- (ii) Falta de retenção do IRRF (IRPJ) incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 32.005 (R\$ 31.156 em 31 de dezembro de 2016); e
- (iii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.017.418 (R\$ 1.001.500 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionado às provisões, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária. São registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	32.490	28.157
Cíveis	34.429	34.200
Fiscais	11.886	11.760
Total	<u>78.805</u>	<u>74.117</u>

16. Outros passivos

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores	(a)	24.892	28.207
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	(b)	15.279	15.900
Caução em garantia	(c)	104.435	100.615
Adiantamentos recebidos	(d)	8.107	9.295
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	11.664	17.495
Outras		5.602	8.068
		<u>170.221</u>	<u>179.580</u>
Circulante		144.785	149.787
Não circulante		25.436	29.793

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de Universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros.
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão, de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da CELPE, no montante de R\$ 11.664, sendo liquidada em 10 parcelas semestrais de junho de 2013 a dezembro de 2017, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012, sendo corrigido semestralmente pelo IGPM. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da Resolução 338/2008, alterada pela Resolução 457/2011.

17. Patrimônio líquido

Capital social

Em 22 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 73.004, dentro do limite do capital social autorizado, através da capitalização dos saldos da reserva de incentivo fiscal constituída até dezembro de 2007. Conforme mencionado na nota 24, o aumento do capital social foi ratificado em 10 de abril de 2017 pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663.178 (R\$ 590.174 em 31 de dezembro de 2016).

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	66.022.550	99,6	464.272	6,1	400.375	53,9	66.887.197	89,6
Outros	280.143	0,4	7.102.982	93,9	342.066	46,1	7.725.191	10,4
Total	66.302.693	100,0	7.567.254	100,0	742.441	100,0	74.612.388	100,0

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Acionistas	R\$							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	586.829	99,6	4.127	6,1	3.559	53,9	594.514	89,6
Outros	2.490	0,4	63.133	93,9	3.040	46,1	68.664	10,4
Total	589.319	100,0	67.260	100,0	6.599	100,0	663.178	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capitala) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 31 de março de 2017, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 3.554 e a disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 330.421 (R\$ 326.867 em 31 de dezembro de 2016).

Reservas de lucrosa) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia não apurou incentivo fiscal da SUDENE no trimestre findo em 31 de março de 2017.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2011 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia aprovou “*ad referendum*” à Assembleia dos Acionistas a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 14.900, decorrente da transferência de saldo de reservas de lucros a realizar, outras reservas de lucros e resultado do exercício nos montantes de R\$14.214, R\$661 e R\$25, respectivamente, a reserve de retenção de lucro foi ratificado em 10 de abril de 2017 pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2016					
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015	48.715	0,6522655	0,6522655	0,7174921
		48.715			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldos iniciais em	105	1.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	-	48.715
Propostos	-	8
Pagos no período	-	(49.915)
Saldos finais em	105	105

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

18. Receita Líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Fornecimento de energia	(a)	765.770	812.442
Receita de distribuição		744.193	791.789
Remuneração financeira WACC		21.577	20.653
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	49.488	79.443
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	827.907	767.279
Receita de distribuição		807.007	747.774
Remuneração financeira WACC		20.900	19.505
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(d)	(81.934)	(240.536)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		150.742	176.698
Outras receitas	(e)	72.645	31.557
Total receita bruta		1.784.618	1.626.883
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(605.301)	(627.237)
Total receita operacional líquida		1.179.317	999.646

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	MWh (*)		R\$	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Consumidores:				
Residencial	1.290.153	1.228.774	720.529	683.980
Industrial	632.005	412.682	128.000	196.958
Comercial	275.250	668.524	368.954	391.144
Rural	156.390	141.428	61.528	49.370
Poder público	115.421	156.014	83.376	84.507
Iluminação pública	182.276	111.613	40.412	40.041
Serviço público	137.597	146.117	47.016	51.096
Consumo próprio	3.659	3.566	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(1.462)	(36.895)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo(1)	-	-	(771.550)	(723.097)
	2.792.751	2.868.718	676.804	737.104
Subvenções	-	-	88.966	75.338
	2.792.751	2.868.718	765.770	812.442

(*) Informações não auditadas.

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita de Uso - Consumidor Livre	56.358	44.182
Receita de Uso - Consumidor Cativo (*)	<u>771.549</u>	<u>723.097</u>
	<u>827.907</u>	<u>767.279</u>

(*) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
CVA		
Energia	(64.287)	(150.839)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	(16.759)	32.649
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.192)	89
Repasse de sobrecontratação	20.635	(90.040)
Outras CVA's	(21.015)	(20.940)
Itens Financeiros		
Energia Eletronuclear	(22)	(1.363)
Exposição Financeira	-	(10.384)
Reversão RTE 2015	2.640	-
Recomposição Energia Termope	6.186	-
Outros itens financeiros	<u>(6.120)</u>	<u>292</u>
	<u>(81.934)</u>	<u>(240.536)</u>

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Outras receitas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	6.107	4.514
Arrendamentos e aluguéis	7.733	5.557
Serviço taxado	2.048	1.533
Administração de faturas de fraude	1.011	382
Valor justo ativo indenizável da concessão (*)	55.247	18.377
Outras receitas	499	1.194
	<u>72.645</u>	<u>31.557</u>

(*) Conforme mencionado na nota 9, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(f) Deduções da receita bruta

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Impostos e contribuições		
ICMS	(346.406)	(352.981)
PIS	(24.454)	(28.678)
COFINS	(111.029)	(132.018)
ISS	(746)	(503)
Encargos Setoriais		
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*)	(102.035)	(104.548)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(4.866)	(3.619)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(1.947)	(1.448)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(973)	(724)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.947)	(1.448)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(10.898)	(1.270)
Total	<u>(605.301)</u>	<u>(627.237)</u>

(*) Vide nota 13 (a).

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Custos e despesas operacionais do serviço**19.1 Custo de Energia Elétrica**

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado – ACR	2.076.612	1.888.284	(284.435)	(248.934)
Energia adquirida contrato bilateral	755.341	716.372	(189.422)	(178.497)
Contratos por cotas de garantia física	989.210	1.009.817	(53.661)	(54.692)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	109.153	112.067	(25.062)	(22.299)
Energia curto prazo – PLD	-	-	(9.142)	108.947
PROINFA	63.765	63.621	(23.450)	(25.234)
Ressarcimento de energia	-	-	4.267	1.913
Créditos de PIS e COFINS	-	-	74.973	63.236
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	-	(9.297)
Custos Variáveis do MCP	-	-	(119.281)	(103.905)
Total	3.994.082	3.790.160	(625.213)	(468.762)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(31.362)	(26.764)
Encargos de conexão			(3.594)	(2.407)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(2.228)	(2.214)
Encargo de serviço do sistema – ESS			(8.225)	(39.369)
Encargos de energia de reserva – EER			-	171
Créditos de PIS e COFINS			4.631	7.301
			(40.778)	(63.282)
			(665.991)	(532.044)

(*) Informações não auditadas.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

19.2 Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	31/03/2017				31/03/2016
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total (Reclassificado)
Pessoal	(40.374)	(12.683)	(16.169)	(69.226)	(59.114)
Administradores	-	-	(828)	(828)	(722)
Benefício pós-emprego	-	-	3.671	3.671	84
Material	(7.747)	(127)	(812)	(8.686)	(5.025)
Combustível para produção de energia	(1.241)	-	-	(1.241)	(1.151)
Serviços de terceiros	(81.862)	(10.206)	(17.443)	(109.511)	(101.660)
Taxa de fiscalização –TFSEE	(1.285)	-	-	(1.285)	(1.181)
Indenizações	-	(65)	(9.027)	(9.092)	(6.653)
Amortização	(42.479)	-	(6.041)	(48.520)	(42.044)
Arrendamentos e aluguéis	(329)	(222)	(283)	(834)	(734)
Tributos	(433)	(127)	(1.880)	(2.440)	(1.957)
Provisões líquidas - PCLD	-	48.650	-	48.650	(17.557)
Perdas contas a receber	-	(81.278)	-	(81.278)	(21.177)
Provisões líquidas – contingências	-	-	(91)	(91)	1.718
Outros custos e despesas	4.316	(270)	(1.573)	2.473	(2.417)
Total custos / despesas	(171.434)	(56.328)	(50.476)	(278.238)	(259.590)

20. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2017	31/03/2016 (Reclassificado)
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.717	6.648
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	10.926	12.237
Variações monetárias e cambiais	58.721	176.698
Instrumentos financeiros derivativos	11.300	30.627
Atualização depósitos Judiciais	847	845
Atualização do ativo financeiro setorial	-	981
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(1.176)	(1.368)
Outras receitas financeiras	3.498	2.660
	88.833	229.328
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(34.435)	(26.719)
Variações monetárias e cambiais	(42.225)	(120.821)
Instrumentos financeiros derivativos	(52.389)	(107.933)
Benefícios pós-emprego	(6.541)	(6.518)
Atualização do passivo financeiro setorial	(4.380)	(472)
Atualização contingências	(6.719)	(6.358)
Outras despesas financeiras	(12.350)	(8.318)
	(159.039)	(277.139)
Resultado financeiro líquido	(70.206)	(47.811)

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	Ref.	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
COELBA	(b)	65	75	527	518	(1.108)	(1.068)
TERMOPERNAMBUCO S/A	(a1)/(d)	-	-	122.234	304.378	(244.512)	(178.647)
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a2)	-	-	422	398	(943)	(805)
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a2)	-	-	-	245	-	(496)
RIO PCH I S.A.	(a2)	-	-	-	319	-	(646)
SE NARANDIBA S.A.	(c)	-	-	2	2	(7)	(5)
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a2)	-	-	2.292	2.159	(5.116)	(4.369)
	(c)	-	-	22	17	(43)	(34)
NORTE ENERGIA S.A.	(a2)	-	-	12.953	10.093	(27.874)	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	(a2)	-	-	3.852	3.053	(8.596)	(7.341)
	(c)	-	-	22	22	(46)	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	20	40	(59)	(55)
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	17	17	(51)	(47)
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	20	20	(59)	(55)
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	18	18	(55)	(51)
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	19	19	(58)	(54)
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	13	13	(40)	(37)
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	18	-	(54)	(50)
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	16	16	(49)	(46)
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	17	17	(50)	(46)
AMARA BRASIL	(f)	-	-	372	480	(855)	(1.331)
CELPOS	(g)	-	-	120.796	125.807	(8.205)	(11.238)
		65	75	263.652	447.651	(297.780)	(206.421)
Controladores							
BANCO BRASIL	(h)/(i)/(j)	213.923	124.728	191.291	191.946	(7.450)	(7.328)
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	97	97	-	-
NEOENERGIA S.A.	(e)/(k)	-	-	78	78	(211)	(188)
		213.923	124.728	191.466	192.121	(7.661)	(7.516)
TOTAL		213.923	124.728	455.118	639.772	(305.441)	(213.937)
CIRCULANTE		194.678	108.897	163.085	343.188		
NÃO CIRCULANTE		19.310	15.906	292.033	296.584		

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:
 - a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL, com vigência até 2024. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.
 - a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2033 e 2044, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência até 2030, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2030, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contrato de locação de imóveis, com vigência até 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 2018.
- (g) Saldos de planos previdenciários junto a Celpos e de contrato de reconhecimento de dívida junto a esta fundação, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
- (h) Contratos de empréstimo com vigência até 2021, corrigidos mensalmente com base no CDI.
- (i) Contrato de aplicação em títulos e valores mobiliários Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
- (j) Contrato de serviço de arrecadação de faturas de energia com vigência até 2017.
- (k) Dividendos e juros sobre capital próprio.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

21.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia. Em 31 de março de 2017, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresas do próprio Grupo.

21.2 Remunerações da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período de três meses findo em 31 de março de 2017, é de R\$ 827 (R\$ 722 em 31 de março de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Conforme mencionado na nota 24, observado o regime de caixa, a AGO realizada em 10 de abril de 2017, aprovou o montante de até R\$ 6.139 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Até março o montante pago foi de R\$ 827.

22. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Gestão de Risco Corporativo, na Política de Risco de Crédito e na Política Financeira, do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de março de 2017, operações de *hedge* cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI utiliza derivativos através de *swaps* de taxas de juros para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são concentradas em fundos restritos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 430.360, sendo R\$ 428.267 em fundos restritos e R\$ 2.093 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 9 meses	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	1.680.810	2.055.777	541.368	527.919	357.733	246.975	199.497	109.697	72.587
Debêntures	881.429	1.098.106	106.997	239.102	218.585	533.423	-	-	-
Fornecedores	688.562	688.562	377.615	125.872	-	-	-	-	185.076
Passivos financeiros									
Swap cambial	26.320	30.734	76.741	(39.481)	(6.122)	(34)	(45)	(55)	(270)

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua Política de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	443.286	181.901
Títulos e valores mobiliários	21.038	17.391
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.523.878	1.576.650
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	491	419
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	1.171.715	1.084.053

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de março de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de *hedge* de valor justo, vigentes em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão apresentados a seguir:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valores de Referência		Índice	Vencimento (Ano)	Valor Justo		Efeito acumulado
	31/03/2017	31/12/2016			31/03/2017	31/12/2016	Valor a receber/recebido ou pago/pago
					(Reclassificado)		
Ativa	\$ 85.175	\$ 85.147	Libor +	2018	(265.440)	(275.467)	10.027
Passiva	R\$ 239.189	R\$ 239.500	CDI		239.189	239.501	(312)
Risco de Crédito					(9)	25	(34)
Líquido					(26.260)	(35.941)	9.681
Ativa	\$ 132.453	\$ 147.910	Pré	2019	(420.645)	(485.007)	64.362
Passiva	R\$ 472.820	R\$ 519.076	CDI		472.820	519.079	(46.258)
Risco de Crédito					680	615	65
Líquido					52.855	34.687	18.169
Ativa	€ 220	€ 219	Pré	2026	(837)	(904)	17
Passiva	R\$ 564	R\$ 552	CDI		564	610	12
Risco de Crédito					(2)	2	-
Líquido					(275)	(296)	29
					26.320	(1.550)	

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio protegidos pelos mesmos e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar				(686.086)	(5.277)	(6.596)	(7.915)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,1684	686.086	6.514	8.142	9.770
Exposição Líquida					1.237	1.546	1.855
Dívida em Euro				(838)	(4)	(5)	(6)
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,3896	838	4	5	6
Exposição Líquida					-	-	-

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,1%	449.796	13.254	10.047	6.771
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,1%	1.123.956	38.118	47.084	55.847
Swap – ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	12,1%	709.219	24.451	30.195	35.808
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,5%	436.656	10.466	12.512	14.559
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	12,2%	149.354	5.140	6.176	7.191

h) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	31/03/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.005.811	1.005.811	1.009.933	1.009.933
Contas a receber de clientes e outros	1.005.811	1.005.811	1.009.933	1.009.933
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros			-	-
Mantidos até o vencimento	491	491	419	419
Títulos e valores mobiliários	491	491	419	419
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	499.100	499.100	261.816	261.816
Caixa e equivalentes de caixa	443.286	443.286	181.901	181.901
Títulos e valores mobiliários	21.038	21.038	17.391	17.391
Swap cambial	34.776	34.776	62.524	62.524
Disponível para venda	1.171.715	1.171.715	1.084.053	1.084.053
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	1.171.715	1.171.715	1.084.053	1.084.053
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	2.729.185	2.729.185	2.253.528	2.252.280
Fornecedores	688.562	688.562	710.682	710.682
Empréstimos e financiamentos	994.589	994.589	1.088.449	1.088.449
Debêntures	881.429	881.429	376.106	374.858
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	164.605	164.605	78.291	78.291
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	747.317	747.317	820.556	820.556
Empréstimos e financiamentos	686.221	686.221	759.582	759.582
Swap cambial	61.096	61.096	60.974	60.974

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do *swap*.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados. A Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

- preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis)

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	-	-	1.171.715	1.171.715
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	15.019	428.267	-	443.286
Títulos e valores mobiliários	-	21.529	-	21.529
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Swap cambial	-	34.776	-	34.776
Passivos				
Passivos financeiros				
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e Financiamentos	-	686.221	-	686.221
Outros passivos financeiros				
Swap cambial	-	61.096	-	61.096
	<u>15.019</u>	<u>1.231.889</u>	<u>1.171.715</u>	<u>2.418.623</u>

23. Benefícios pós-emprego e outros benefícios

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No período findo em 31 de março de 2017, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 5.590 (R\$ 5.143 em 31 de março 2016).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Notas Explicativas**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	17.601	17.521	100.763	104.654
	17.601	17.521	100.763	104.654
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	121.540	120.949
Desligados PDV	(7)	2	(20)	(15)
	(7)	2	121.520	120.934
	17.594	17.523	222.283	225.588

24. Eventos subsequentesa) AGO de 10 de abril de 2017

Em 10 de abril de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: 1) ratificou o aumento do capital social no montante de R\$ 73.004, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2017, dentro do limite do capital social autorizado através da capitalização de saldo da reserva de incentivo fiscal constituída até 31 de dezembro de 2007, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades; 2) aprovou a remuneração global anual aos administradores de até R\$ 6.139, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017.

b) Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

A Resolução ANEEL nº 2.226, de 25 de abril de 2017 homologou o resultado do Quarto Ciclo de Revisão Tarifária da Companhia, realizada de quatro em quatro anos com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa.

Conforme modelo regulatório vigente, o resultado do 4º Ciclo de Revisão Tarifária contemplou as novas metodologias aprovadas pela ANEEL: elevação do Custo de Capital – WACC (Weighted Average Capital Cost ou Custo Médio Ponderado de Capital) líquido de impostos de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%, o que representou um ajuste na remuneração do capital; Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Fator X (índice que transfere parte dos ganhos de eficiência das distribuidoras com os consumidores); Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, desta forma, a Revisão Tarifária resultou em uma elevação média nas tarifas de 7,62%, estabelecida pela recomposição dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e pela revisão dos custos gerenciáveis (Parcela B).

c) Reajuste Tarifário Anual – IRT 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.226 de 25 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de abril de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 10,47%, dos quais 8,36% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 2,11% aos componentes financeiros pertinentes.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da concessionária foi de 7,62%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2017 com vigência até 28 de abril de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Recife - PE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco - Celpe ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 12 de maio de 2017

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA 022.650/O-0